

# Espaço para abortar: produção de resistência e outras bruxarias

CBB

## Resumo

Pode o ativismo artístico servir como “dispositivo de re-subjetivação”, contribuindo para a produção de outras consciências e de outros corpos? A obra *Espacio para abortar*, do coletivo *Mujeres Creando*, que fez parte da 31ª Bienal de São Paulo, é analisada aqui como relevante dispositivo de re-subjetivação que produz, coletivamente, outras consciências e outros corpos capazes de tratar o aborto voluntário como um fato comum em nossas vidas reprodutivas. Valem-se, para tanto, dos corpos de mulheres que decidiram abortar como plataformas políticas de enunciação que deliberadamente se auto-enunciam. Neste ensaio (auto-ficção?) também narro em primeira pessoa meus abortos voluntários e clandestinos. Convoco, para a guarnição, as bruxas que foram queimadas nas fogueiras da Inquisição Católica unicamente pelo fato de serem corpos dissidentes às normas e às novas imposições do poder relativas a passagem do feudalismo para o capitalismo. Tais imposições trabalharam para criar as bases do capitalismo, forjando a subjetividade feminina que este requer. A expropriação dos campos e saberes comuns, bem como do(s) corpo(s) das mulheres, o colonialismo e a escravidão estão no cerne do desenvolvimento capitalista e do modo como este cria as subjetividades generificadas e racializadas de que necessita, ao mesmo tempo em que cria determinadas ideias de trabalho e de espaço público. Nesta discussão são fundamentais as teorias da feminista italiana Silvia Federici, para quem não podemos refletir sobre aborto e direitos reprodutivos sem analisarmos o papel que o capitalismo – e a caça às bruxas – desempenharam na domesticação do corpo das mulheres.

Palavras-chave: corpo; aborto; capitalismo; caça às bruxas; ativismo artístico;

No artigo *Volver a la womanhouse* (2013) sobre o documentário *Womanhouse*, de Johanna Demetrakas, Paul B. Preciado convoca o pensamento das artistas, professoras e estudantes que fizeram parte do experimento artístico-pedagógico feminista homônimo. “O objetivo da arte já não é mais produzir um ‘objeto’, e sim inventar um dispositivo de re-subjetivação que seja capaz de produzir outro ‘sujeito’: outra consciência, outro corpo”. (PRECIADO, 2013, tradução nossa, grifo nosso). Que o objetivo da arte não seja mais produzir um objeto não é novidade na história da arte. Ao recuperar tal ideia o interesse de Preciado está mais em sublinhar o potencial disruptivo, ativista e político de certas proposições artísticas do que em enaltecer a campo da arte enquanto tal ou em apontar para que direção formal e estética “Artistas” devem seguir. Preciado não está interessado em “Artistas”. Tampouco eu estou. Este texto visa à reflexão sobre como o uso do próprio corpo e voz, em consonância com certas estratégias de ativismo artístico, pode ter grande relevância e impacto na colocação de pautas feministas.

*Quando engravidei pela segunda vez, entrei em desespero. Seria meu segundo aborto voluntário. O desespero era por viver em um país onde a interrupção voluntária da gravidez ainda é considerada crime. E por ter sofrido muito até conseguir realizar o primeiro aborto. Exatamente como da primeira vez, as clínicas clandestinas que eu poderia pagar estavam todas fechadas. Meu desespero era tanto que escrevi para Paul, uma pessoa que é referência em tensionar as margens dos feminismos, que trabalha com temáticas e questões tão mais amplas que os direitos reprodutivos das mulheres. Não sei o que me deu, mas escrevi um email para essa pessoa que é uma das mais proeminentes vozes na luta pela despatologização e regulação estatal das identidades trans, queer e não binárias. Havíamos nos aproximado em uma pós-graduação que ele coordenava e na qual lecionava. Escrevi falando do meu desespero de não estar conseguindo realizar o aborto em condições minimamente decentes. Escrevi buscando carinho e apoio já que sua produção teórica e sua força nas lutas em que seu próprio corpo está diretamente implicado me inspiram profundamente. Ele me respondeu como qualquer amigo faria: que eu ficasse calma, que ia dar tudo certo. Deu certo. E eu decidi que não me calaria mais sobre o assunto. Tratar dele não é fácil, não é simples. Decidir falar sobre é o primeiro passo, mas como*

*tratá-lo tem sido para mim a questão.*

O direito ao aborto é um tema recorrente nos discursos e práticas feministas em diversos lugares do mundo. Por ser uma das pautas políticas mais antigas dos movimentos feministas esta é uma demanda que muitas vezes se considera como já tendo sido cooptada pelo Estado e por diversas organizações não-governamentais orientadas a garantir os direitos das mulheres. Ou seja, é um tema que há muito tempo recebe atenção e que está em votação atualmente no senado, com possibilidades sérias de regressão com relação aos direitos já conquistados<sup>1</sup>.

Concordo que essa é uma pauta que muitas vezes recebe mais atenção do que outras que versam sobre o direito ao próprio corpo. Mas, temos que lutar por todas elas. Estima-se que em 2014, um milhão de mulheres tenham realizado abortos clandestinos no Brasil<sup>2</sup>. E que desse 1 milhão, cerca de 250 mil mulheres tiveram que dar entrada em hospitais por abortos mal feitos, realizados por elas ou em clínicas clandestinas. Segundo dados do Ministério da Saúde, do Datasus e do GEA, Grupo de Estudos do Aborto, a curetagem, que geralmente é o procedimento pelo qual passam as mulheres que se submeteram a abortos mal sucedidos, é o segundo procedimento obstétrico mais realizado nos hospitais públicos de todo o Brasil, ficando atrás somente do parto.

Falar sobre o aborto é falar sobre o acesso ao próprio corpo. É sobre isso que versam também diversos movimentos de despatologização da transexualidade. Sobre a possibilidade de acessar e criar o próprio corpo, possibilidade que é regulada e tutelada pelo Estado. Logo, não estamos distantes. Não vejo como a hierarquização de pautas ajudaria a chegarmos a resultados práticos. As exigências de mulheres cisgênero, pessoas não binárias e homens trans para retomar o controle sobre o próprio corpo não se limitam a defesa da descriminalização do aborto. Seguiremos sinalizando e combatendo as novas e velhas formas normativas de controle social sobre todos e quaisquer corpos. Entretanto, quero trazer um viés histórico e econômico sobre o controle do Estado com relação às políticas de reprodução social e a questão do aborto. Trata-se da análise de Silvia Federici, militante feminista italiana e professora da Hofstra University de Nova Iorque, sobre capitalismo e a relação intrínseca entre acumulação primitiva, ocultação do trabalho doméstico, escravidão, colonialismo, esmagamento das lutas camponesas e o controle do corpo e da sexualidade das mulheres.

Em seu livro *Calibán y la bruja: mujeres, cuerpo y acumulación originária* (2013), Federici situa a passagem do feudalismo ao capitalismo como um processo histórico, produto de forças contrarrevolucionárias para eliminar as lutas camponesas que, desde o século XIII, ocorriam acirradamente em diversos lugares da Europa. Sua contribuição é fundamental por demonstrar como se produzem os sujeitos políticos que garantem a possibilidade mesma daquilo que Karl Marx chamou de acumulação primitiva. As mulheres e todas as pessoas escravizadas seriam tais sujeitos, pois foram as molas propulsoras do capitalismo uma vez que este resulta não só da acumulação primitiva como também da gratuita produção/reprodução de mão de obra. A transição do feudalismo para o capitalismo implicou a reestruturação do modo de produção vigente, para a qual foram “necessários” os processos de expropriação de terras (os enclosures) na Europa, a conquista da América, a pilhagem de seus recursos naturais e a escravização de milhares de pessoas oriundas do continente africano<sup>3</sup>. Porém, o que muitas vezes fica fora das análises marxistas é que tal mudança nos modos de produção e de reprodução da vida operada pelo capitalismo envolveu a ocultação do trabalho doméstico através de sua desvalorização, a colonização e domesticação do corpo das mulheres, seus desejos e formas autônomas de existir.

Para Federici o trabalho doméstico abarca não só a reprodução biológica e social como também o trabalho

1 - Refiro-me a PL 478/2007, que dispõe sobre o Estatuto do Nascituro e as PL 6583/2013 e PL 5069/2013, cujos detalhes podem ser conferidos no site do Centro de Estudos Feministas e Assessoria: [http://www.cfemea.org.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=4519:a-semana-dos-retrocessos&catid=218:artigos-e-textos&Itemid=152](http://www.cfemea.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=4519:a-semana-dos-retrocessos&catid=218:artigos-e-textos&Itemid=152)

2 - Os dados foram divulgados através da página da Organización PanAmericana de Salud, um dos braços da Organização Mundial de Saúde do Brasil. Sobre a curetagem, tal procedimento é realizado em casos de aborto espontâneo ou induzido. No entanto, o fato de ser o segundo procedimento obstétrico mais realizado no Brasil (os dados começaram a ser coletados em 1997), em conjugação com o alto número de abortos induzidos, leva aos estudiosos e profissionais de medicina a afirmarem que a maior parte da curetagem realizada no sistema público de saúde é oriunda desses abortos clandestinos e mal realizados pois a maioria dos abortos espontâneos não requer internação. Para mais informações ver: <http://brasil.campusvirtualsp.org/node/182117>  
<http://noticias.terra.com.br/brasil/com-1-milhao-de-abortos-por-ano-mulheres-pobres-ficam-a-margem-da-lei,0401571f0cd21410VgnV-CM5000009ccceb0aRCRD.html>

<http://veja.abril.com.br/noticia/saude/curetagem-apos-aborto-lidera-cirurgias-no-sus>

3 - Em “Calibán y la bruja...” o calibán representa a figura do rebelde anticolonial, dos escravos que resistiam. O título é inspirado em A tempestade de William Shakespeare, e faz menção ao medo dos dominantes de uma possível aliança fatal entre os oprimidos: escravos, proletários e mulheres.

sexual e dos afetos, que servem para produzir psicologicamente a força de trabalho<sup>4</sup>. É preciso se ter em mente essa perspectiva sobre o trabalho de reprodução e produção da mão-de-obra para entendermos a complexa subordinação das mulheres no que diz respeito ao controle do Estado sobre seus corpos e sua sexualidade. No capitalismo, trabalho é igual a salário e a valor. Além disso, salário é mais que dinheiro, é uma dimensão política fundamental para a organização e hierarquização da sociedade. A ausência de salário para o trabalho doméstico opera uma naturalização do mesmo como sendo uma atividade própria das mulheres. Assim, o capitalismo delega o controle das mulheres aos homens através do salário masculino. Consequentemente, o capitalismo extrai quantidades enormes de trabalho não assalariado, situando o trabalho doméstico na base do capitalismo, só que de forma oculta. Deste modo, para Federici, o sexismo e a escravidão são formas intrínsecas ao capitalismo, permitindo que ele extraia força de trabalho não assalariada. Porque a expropriação de terras e o uso de mão-de-obra escrava não produzem por si só o tipo específico de trabalhador de que o capitalismo necessitou nos primórdios, tipo que tinha que ser disciplinado ao trabalho repetitivo. Na passagem para o capitalismo uma série de atividades produtivas desaparece da esfera do visível marcada pelo que viria a ser o trabalho nas fábricas. Essas atividades são assumidas pelo âmbito doméstico como reprodução social da força de trabalho.

Daí que a hoje quase anedótica caça às bruxas perpetrada pela Inquisição Católica – e suas distintas facetas – é de suma importância na análise de Federici. A maior perseguição declarada às mulheres como categoria social, que começa no século XV<sup>5</sup> não é mera superstição medieval. Mais do que uma simples perseguição, tratou-se de um verdadeiro genocídio muito bem organizado e financiado pela Igreja e pelo Estado. Este ocorre simultaneamente à expropriação das terras campesinas, ao colonialismo e a escravidão. Entre as várias acusações típicas dos crimes cometidos pelas “bruxas” queimadas vivas ou condenadas pela Inquisição católica estão os crimes cometidos contra a reprodução. Muitas “bruxas” eram acusadas de “matar crianças”, e entre esses crimes eram incluídos abortos voluntários e/ou uso de métodos contraceptivos. No entanto, Federici enfatiza que devemos prestar especial atenção ao surgimento da condenação por tais crimes já que na Idade Média o aborto e o uso de métodos contraceptivos eram práticas correntes e faziam parte da vida reprodutiva das mulheres.



1Aquarella, Hans Baldung Grien, 1510

4 - Um bom resumo das questões apresentadas neste livro de Federici que contribui para este ensaio se encontra em: <http://info.nodo50.org/Las-politicas-de-control-del.html>

5 - Em A caça às bruxas: uma interpretação feminista, Rosângela Angelin afirma que a caça às bruxas durou cerca de 300 anos, de 1450 a 1750. Durante esse período cerca de 9 milhões de pessoas foram acusadas, julgadas e condenadas a morte pelos Tribunais da Inquisição, sendo que 80% dessas eram mulheres oriundas pobres ou oriundas da população rural.

No final do século XIV, quando estala uma das várias crises populacionais que atingiram a Europa na transição do feudalismo para o capitalismo, o aborto e práticas sexuais não reprodutivas começam a ser criminalizadas e julgadas. Quaisquer formas de anticoncepção, inclusive o sexo anal, passaram a ser penalizados. Passa-se a dar nova ênfase à importância da família, uma instituição chave na transmissão da propriedade e na reprodução da força de trabalho. Segundo a autora é nessa época que surge a demografia como ciência e o censo populacional como política estatal de controle das vidas. O Estado começa a intervir e a supervisionar a sexualidade, a procriação e a vida familiar.

Dessa maneira, através da caça às bruxas, demonizava-se qualquer forma de controle de natalidade e sexualidade não-reprodutiva. Citando, entre outros, o estudo do historiador John Ridle, *Eve's herbs: a history of contraception in West* (1997), que comprova que ervas milenares de conhecimento popular eram utilizadas como anticoncepcionais naturais e para provocar o aborto, Federici levanta vários dados que comprovam que os governos começam a impor leis mais severas contra tais anticoncepcionais naturais e contra a prática do aborto. A partir de então, quando a sexualidade feminina não for (re)produtiva, passará a ser vista como um perigo. Muitas bruxas eram, também, mulheres que amavam e se relacionavam sexualmente com outras mulheres. O controle da sexualidade das mulheres faz parte do disciplinamento e da criação do tipo de classe trabalhadora de que o capitalismo necessitava. No capítulo *Acumulação de trabalho e a degradação das mulheres. A construção da "diferença" na "transição ao capitalismo"* a autora demonstra, através dos argumentos do pensador político francês Jean Bodin e do economista italiano Giovanni Botero, que já no século XVI havia uma obsessão tão grande pela mão-de-obra barata que as cidades europeias com mais pobres eram consideradas as mais ricas, porque acumulavam maior força de trabalho e exército de reserva.

Isto posto, Federici afirma que um elemento significativo para o êxito do capitalismo foi à condenação do aborto e da anticoncepção, o que relegou o corpo feminino às mãos do Estado e "reduziu o útero a máquina de reprodução de trabalho" (FEDERICI, 2013, p.199, tradução nossa). A associação entre a anticoncepção, o aborto e a bruxaria aparece por primeira vez na Bula de Inocencio VIII (1484) que afirmava que "através de seus encantamentos, feitiços, conjuros e outras superstições execráveis e encantos e ofensas horrorosas [as bruxas] destroem os frutos das mulheres [...] Elas entorpecem a procriação e a concepção das mulheres" (KORS & PETERS apud FEDERICI, 2013, p. 247, tradução nossa). Também no *Malleus Maleficarium* (1486), o manual da caça às bruxas de Heinrich Kraemer e James Sprenger, o aborto aparece condenado como uma das sete maneiras pelas quais as bruxas infectam o ato sexual e a concepção das mulheres. Várias formas de vigilância foram adotadas nos séculos XVI e XVII para garantir que se registrassem institucionalmente todas as mulheres grávidas com o explícito intuito de combater o aborto.

As medidas pró-natalistas dos Estados em formação demonstram seu interesse no aumento da mão-de-obra. Os seres humanos passam a ser vistos como recursos naturais que trabalhavam e criavam para o Estado. A caça às bruxas fora intimamente ligada a nova preocupação de estadistas e economistas europeus com a questão da reprodução e do tamanho da população. Por de trás da caça às bruxas, da proibição do aborto e métodos contraceptivos, está a instauração da maternidade como natural, compulsória, e o estabelecimento do trabalho doméstico como próprio da subjetividade feminina, uma vez que, como não se recebe um salário por ele, oculta-se que este é o trabalho que sustenta todos os demais trabalhos. Por não ser pago, é naturalizado e visto como uma "vocalização feminina". Cria-se aí a subjetividade feminina que o capitalismo requer: aquela que depende, para sua subsistência, e em diversos sentidos, do homem. Para Federici a caça às bruxas criminalizou o controle da natalidade e a autonomia das mulheres sobre si mesmas, colocando o corpo das mulheres e seus úteros a serviço do aumento da população e da força de trabalho.

Muitas das bruxas queimadas vivas pela Inquisição eram mulheres conhecedoras das ervas. Sabiam utilizá-las para interromper voluntariamente a gravidez de quem desejasse ou para aumentar a fertilidade. O capitalismo começa por cercar e expropriar os campos comuns e o corpo das mulheres, que passa a ser domesticado para servir unicamente de repositório de esperma para o capital. Não a toa um dos lemas feministas mais conhecidos reconhece o corpo das mulheres como sendo um campo de batalha, um território em disputa. De fato estamos em outros tempos. Muitos países considerados como "primeiro mundo" possuem políticas de controle da reprodução social em que o aborto voluntário é permitido, e em alguns casos provido pelo Estado<sup>6</sup>.

6 - A organização Women on Waves faz um importante trabalho de mapeamento dos países em que o aborto é legalizado, e quais os métodos permitidos e/ou oferecidos pelo estado. Além disso, a organização presta apoio internacional a mulheres necessitadas, além de prover informação detalhada e de qualidade sobre os métodos. Para mais informações e para a visualização em escala global sobre a geografia e as políticas de permissão do aborto ver o mapa: <http://www.womenonwaves.org/es/map/country>

Decidir falar sobre o aborto vivido na própria carne talvez seja ainda mais difícil que realizá-lo. O que muitas mulheres querem, na maioria das vezes, é esquecer. Ou são tratadas como estando, supostamente, demasiado frágeis e vulneráveis para falar publicamente sobre o assunto. Isto faz com que as principais entendedoras do assunto, pessoas que interromperam a gravidez indesejada, distanciem-se dos âmbitos de decisão política e pública sobre o tema. Falar sobre abertamente é visibilizar e fortalecer a luta pela descriminalização do aborto. Essa demanda é tão importante quanto à visibilização de quaisquer outras lutas pelo direito a vivenciar a própria corporalidade e a própria sexualidade como se bem entende.

Tratarei agora de refletir sobre uma “obra de arte” que aborda justamente a demanda pela descriminalização do aborto. Poderia continuar situando-a como uma obra de arte, pois a mesma fez parte de uma das mais principais bienais do mundo. Mas como dito no início desse ensaio, não me interessa tanto a Arte enquanto esfera autônoma da sociedade. Não interessa a Arte que simplesmente ilustra, representa ou denuncia as opressões e relações de poder desiguais baseadas no gênero, no sexo, na sexualidade, na raça, na classe e etc. Interessa aqui pensar em tal obra como fazendo parte aquilo que foi chamado pela Red Conceptualismos del Sur<sup>7</sup> de ativismo artístico. Segundo essa rede transdisciplinar formada por pesquisadores de distintas partes do mundo interessados nas relações entre arte e política, o fundamental no ativismo artístico que consegue abolir a distância entre sujeito e objeto é a exigência, desse tipo de ativismo, de que se coloque o próprio corpo na prática.

Pesquisadores do campo artístico interessados nas relações entre arte e política têm problematizado a expressão “arte política” e buscado outras acepções para definir a prática artística de grupos, coletivos e artistas que de alguma maneira orientam suas criações para uma proximidade entre arte e vida, para problemáticas sociais e demandas políticas atuais. Entre esses pesquisadores que formam parte da R.C.S. está o historiador André Mesquita, que em seu livro *Insurgências poéticas* (2011) busca demarcar uma diferença fundamental entre o que seria a arte política com relação a outro tipo de prática que tem sido chamada de ativismo artístico, ativismo cultural e até ativismo. Para Mesquita uma das diferenças fundamentais está em que a arte política representa a opressão, enquanto uma arte ativista (ou o ativismo artístico, como preferimos aqui) produz, através de sua práxis, formas de resistência. Ao demarcar uma linha entre representar a opressão x produzir resistência, busca-se um caminho para se repensar a política, a arte e o papel de artistas e intelectuais de forma mais complexa, problematizando assim essas mesmas categorias. É por isso que aqui faremos uso da categoria de ativismo artístico empregada pela R.C.S. para pensar na estratégia artística de abordagem do aborto voluntário, que ocorreu na bienal de São Paulo, em 2014.

Através da exposição e da publicação *Perder la forma humana: una imagen sísmica de los años ochenta en América Latina*, a R.C.S., lança uma mirada crítica a um conjunto heterogêneo de práticas artísticas de caráter contestatório, revolucionário ou político na América Latina, no período em que a maioria dos países passava por regimes ditatoriais militares, e observa alguns pontos em comum entre tais práticas. Entre eles está o recurso ao corpo como suporte artístico e político prioritário. No capítulo intitulado *Activismo artístico*, são listados os dez principais pontos de coincidência entre tais práticas, assim como justificam a escolha do termo ativismo artístico, em contraposição a “arte política” ou a “arte ativista”, para defini-las.

Segundo a R.C.S., o ativismo artístico – expressão que teria surgido já na chamada “politização das vanguardas europeias” do período entre guerras do início do século XX – pauta-se em geral por: questionar a autonomia da arte como esfera separada da realidade social; possuir um território e mapa de intervenção que lhes são próprios, com destaque para o uso de espaços de sociabilidade alternativos aos propostos pelo sistema da arte; manter uma relação tensa com as diversas instituições artísticas/culturais, numa tentativa de desbloquear o senso comum do que se considera arte e atingir a públicos distantes deste mercado; negar ou abrir mão, dependendo do contexto, de sua condição artística; involucrar, de distintas maneiras, o espectador na obra, seja através da invasão do espaço público, seja através de sua qualidade relacional e da tensão entre arte e vida; incidir no plano da consciência e intervir nos processos de subjetivação social; entender-se como instrumento pontual que forma parte de um projeto maior de modificação social, política e afetiva; socializar as técnicas de criação visando abolir tanto as funções e hierarquias entre os envolvidos, quanto a “essência e a aura” do artista; optar pela precariedade dos materiais com os quais se trabalha numa busca por desfeticizar a arte. E enfatizam, por fim, a ideia de que se ponha o corpo na prática.

*O princípio “por o corpo” no ativismo artístico latino americano dos anos oitenta adquiriu uma função muito particular. Foi a maneira pela qual a dimensão criativa dos movimentos sociais-políticos ampliou o campo do possível nas formas de conceber a transformação social. Na fase histórica precedente o princípio “por o corpo” se associa inevitavelmente ao senso comum de militarização da subjetividade na transição das lutas revolucionárias latino-americanas. O corpo se viu extremamente subjugado nos sessenta, setenta e oitenta, entre a militarização dos Estados e o auto disciplinamento dos militantes. (Red Conceptualismos del Sur, 2012, p.50, tradução nossa).*

A obra, que de acordo com os parâmetros fornecidos pela R.C.S. prefiro considerar como sendo um bom exemplo de ativismo artístico, é *Espacio para abortar*, exposta na 31ª Bienal de São Paulo. Foi proposta pelo coletivo Mujeres Creando, um movimento autônomo criado em 1992, na cidade de La Paz, Bolívia<sup>8</sup>. O coletivo é composto por prostitutas, poetisas, jornalistas, empregadas domésticas, artistas, costureiras, professoras, etc., que lutam contra o sexismo e o patriarcado institucionalizados. O que interessa aqui é o dispositivo político de re-subjetivação que elas criaram em forma de obra de arte. De acordo com o catálogo da exposição, a obra consistia em “uma intervenção urbana, passeata-performance pública e participativa, contra a ditadura do patriarcado sobre o corpo da mulher”. De fato a obra começa quando o coletivo envia uma convocatória para vários grupos ativistas e feministas do Brasil com o intuito de reunir mulheres que tivessem passado pela experiência de aborto voluntário. As Mujeres Creando realizaram mais de dez reuniões em São Paulo com diversos grupos feministas para explicar a ideia e pedir apoio, convidando quem quisesse a fazer parte da passeata-performance pública na abertura da Bienal, a convite da bienal, mas fora do espaço institucional da bienal. A obra dependeria intrinsecamente do acontecimento que iria provocar.

No dia e hora marcados para a passeata-performance nos encontramos com uma estrutura enorme de ferro, que de certa forma reproduzia duas pernas abertas e um útero. Acima do espaço que representava simbolicamente o útero, que era um círculo envolto por um tecido vermelho, erguia-se uma enorme vulva com os dizeres: “Nem boca fechada nem útero aberto”. As Mujeres Creando pediram que carregássemos para fora do espaço expositivo da bienal a escultura, que tinha 12 metros de altura e 7 de largura, e assim começamos uma marcha silenciosa com a escultura pelo espaço público. A proposta era que essa marcha se detivesse em alguns pontos escolhidos por nós e que então as mulheres que tivessem feito aborto ocupassem o centro da escultura, o útero, e lá de dentro narrassem a experiência de interromper voluntariamente a gravidez. Enquanto essa pessoa estivesse falando sobre sua experiência de aborto as demais ficariam a sua volta, somente escutando. Logo que uma acabava, outra podia entrar. Maria Galindo e Esther Argollo, as duas integrantes do coletivo que estavam propondo a ação, se colocariam ao lado desse útero para gravar e captar a voz de quem estivesse narrando seu aborto. A fala, e isso é extremamente significativo, deveria ser em primeira pessoa.



2 Espacio para abortar, passeata-performance realizada em colaboração com Mujeres Creando, São Paulo, 2014, autoria Midia Ninja sob licença creative commons

8 - Mais informações sobre o coletivo e as múltiplas atividades realizadas pelas Mujeres Creando podem ser encontradas em: <http://www.mujerescreando.org/>

A estrutura era de fato pesada e requeria várias pessoas para movimentá-la. A passeata-performance foi parando em diversos locais do parque do Ibirapuera, um dos maiores e mais movimentados parques da cidade de São Paulo, onde centenas de pessoas se reúnem nos finais de semana e feriados, como foi o caso daquele seis de setembro.

A cada vez que uma mulher entrava na instalação para relatar sua memória do aborto as demais pessoas na marcha deveriam também permanecer em silêncio. O silêncio era necessário para que pudéssemos escutar bem a pessoa que nos contava como tinha sido sua experiência com o aborto clandestino, já que estávamos em um lugar aberto e com outras atividades de frequentadores do parque ocorrendo, mas era também uma demonstração de máximo respeito pela pessoa que havia colocado sua integridade física em risco ao decidir fazer um aborto num país onde o mesmo é ilegal e penalizado. Aquele silêncio nos unia, nos fazia cúmplices daquela experiência.

Galindo havia deixado claro para quem estava presente desde o começo que não era permitido fotografar ou filmar a pessoa enquanto ela estivesse falando sobre sua experiência. O registro deveria ser feito unicamente em áudio e pelas Mujeres Creando. Isso cumpria duas funções: a primeira diz respeito à ideia da “obra” em si que é, a meu ver, um dispositivo político de criação de cena de enunciação. Criar uma cena de enunciação é inventar um espaço de fala.

Ali o que interessava era a fala que nos é interdita, a voz das mulheres que narravam às experiências de seus abortos e a escuta da comunidade. Existem várias formas de falar que não passam pela linguagem verbal. Entretanto, em nossa sociedade articular um discurso público através da linguagem verbal é uma forma tradicional de tentar se impor como sujeito político. Que certos corpos falem a partir do centro – como era o caso do útero em que a mulher entrava enquanto as outras pessoas dispunham-se aleatoriamente em volta – descentra as relações de força que fazem do centro dominante “o centro”, evidenciando as operações que negam a tais corpos a possibilidade de ocupar o centro.

A segunda função que cumpria o pedido feito pelas Mujeres Creando de que não se registrasse visualmente a enunciação se deve ao fato de que ao afirmar que realizou um aborto clandestino a pessoa está confessando um crime. Então não poder fotografar ou filmar as mulheres que iriam compartilhar seu aborto ajudava as mesmas a não se sentirem desconfortáveis, impedindo que elas fossem capturadas numa fala em que anunciavam publicamente que haviam cometido um crime perante a lei brasileira. É óbvio que como estávamos no espaço público as coisas não ocorreram tranquilamente. Passamos por dois momentos tensos que depois fomos descobrir que estavam conectados. Como eu decidi não deixar que pessoas misóginas que cinicamente se intitulam “pró-vida” tenham espaço para “opinar” sobre o que consideram “mais correto”, não vou relatar o que ocorreu, porque não quero que o foco recaia nem sobre opiniões pessoais moralistas sem base científica nem sobre disputas ideológicas quando de fato se trata de uma questão social urgente de saúde pública.

*Meus dois abortos foram experiência duras, que envolveram no primeiro deles tomar quarenta e oito comprimidos de uma só vez e, como não funcionou, o mesmo médico que orientou essa primeira tentativa com comprimidos, tentou provocar o aborto “manualmente”. Como nada disso adiantou tive que esperar a reabertura de uma clínica clandestina. Tive muito medo de morrer sem que minha família soubesse. Medo de morrer, mesmo. E mesmo apoiada pelo meu namorado na época, o medo de morrer ou de que algo pudesse sair muito errado não diminuía. Anos mais tarde, outra uma gravidez indesejada. E, exatamente como da primeira vez, as clínicas clandestinas estavam fechadas no momento em que descobri. Naquela época eu já não queria mais tentar métodos químicos ou manuais que já não tinham funcionado comigo antes. As clínicas clandestinas fecham regularmente, pois como sabemos elas pagam propina para funcionarem. Então, de vez em quando, tem que ser fechadas temporariamente para fingir que os órgãos responsáveis cumprem seu papel. É desesperador ver as semanas passando, ou ouvir que fulana foi realizar a interrupção voluntária da gravidez em São Paulo e lá pagou sete mil reais pelo procedimento. Acabei encontrando outro médico que realizou o procedimento via aspiração, um dos métodos mais seguros de interrupção da gravidez, com anestesia. Mesmo assim, devido a clandestinidade, tive medo de morrer, ou de ter complicações. Nesse momento o apoio da outra pessoa envolvida, de boas amigas, bem como a existência de uma rede que tenta de todas as maneiras descobrir métodos ou profissionais que ajudem, faz toda a diferença. Meus abortos foram experiências duras, mas não tinham que ser.*

Lembram dos dados estatísticos que convoquei no início do texto? A cada ano uma média de 1 milhão de mulheres realiza a interrupção voluntária da gravidez. Estes dados são estimativos pois a probabilidade é que seja muito maior, uma vez que muitas pessoas escolhem não dizer ter passado pela experiência<sup>9</sup>. Logo, é praticamente impossível precisar o número das mortes por aborto clandestino. Para não deixar o óbvio de fora a maioria das mulheres que morrem por aborto no Brasil são as mulheres pobres e negras, pois estas tem menos condições de pagar o alto preço cobrado em clínicas clandestinas supostamente decentes. Ainda assim muitas mulheres morrem nessas mesmas clínicas. Em 2014 dois casos, entre centenas de que não sabemos, estamparam os jornais: Jandira e Elisângela morreram no Rio de Janeiro, em decorrência de complicações durante o aborto realizado em clínicas clandestinas. Ambas tinham pagado mais de três mil reais por um aborto e, no entanto, tiveram complicações no procedimento. O aborto clandestino é uma roleta russa. Não deveria ser nem clandestino e nem, por isso mesmo, fatal.

É inegável que se trata de uma questão de saúde pública crucial. A criminalização do aborto é um potencial feminicídio de estado – com explícito recorte de raça e de classe – porque condena de antemão várias mulheres a morte. Ou compromete a integridade física e psíquica delas. Embora possamos reconhecer que desde os anos 1970 muito foi feito, em diversas partes do mundo, com relação a garantia do direito ao aborto, se olharmos para os números veremos que ainda temos muito que fazer. As diversas agendas feministas interseccionam na medida em que pessoas estão em risco porque escolheram ditar as regras sobre seus próprios corpos: seja abortando, seja trabalhando no mercado sexual ou inventando maneiras dissidentes de viver, maneiras de desconstruir as normas de sexo, gênero ou sexualidade que não se encaixam nos esquemas normativos e binários do heteropatriarcado capitalista. O estado não deveria ter o poder de tutelar sobre nossas construções e experimentações corporais.

Voltando a proposição das Mujeres Creando: os áudios das falas, em primeira pessoa, de abortos voluntários gravados por elas durante a marcha que ocorreu na abertura da bienal passaram subsequentemente a integrar o que deixou de ser uma simples escultura de metal e passou a ser então uma grande instalação sonora. A obra completa *Espacio para abortar*, foi colocada no pavilhão principal da bienal. Ao redor do “útero principal”, outros seis círculos simbolizando úteros compuseram a instalação. Em cada um desses sete úteros haviam fones de ouvido para que o público entrasse e escutasse aquelas falas que em cada útero ressoavam ininterruptamente. Durante três meses, as vozes que narravam as mais distintas experiências de aborto voluntário pelas quais suas donas passaram, ecoaram num espaço por onde circulou uma média de 1 milhão de pessoas, o equivalente ao número de mulheres que anualmente realiza abortos clandestinos no Brasil.

A obra *Espacio para abortar* reconhece o corpo e o espaço público como campos de batalha. Devido à indicação de que no momento da passeata-performance as mulheres que abortaram fossem as únicas a possuir a fala, o que está sendo pedido é que quem passou por esta experiência “ponha o corpo”. Porque importa tanto por o próprio corpo na prática? Por que usar o próprio corpo como plataforma de enunciação que deliberadamente se auto-enuncia? Porque o corpo é o lugar onde o domínio público se encontra com o privado. O corpo é o lugar onde o social se negocia, se produz e adquire sentido. Imbuídas de ternura radical as Mujeres Creando, ao nos convidarem para relatarmos nossos abortos voluntários nos convidavam a colocar novamente o corpo em risco. Nossos corpos já haviam se colocado em risco por termos nos submetido a abortos inseguros e clandestinos. Nossos corpos tiveram que transgredir uma lei que em si fere nosso direito a habitar o próprio corpo, a decidir sobre nossos direitos reprodutivos. O corpo não é algo que está dado. É um território em disputa que nos é expropriado desde que nascemos. As possibilidades de escolha sobre como viver sua corporalidade, e os investimentos que fazemos nesta, são capturados e tutelados pelo estado e, hoje em dia, pelo mercado neoliberal. Portanto, quando abortarmos ilegalmente ou, digamos, quando um homem trans decide usar testosterona sem o protocolo médico que o designa como possuindo um “distúrbio patológico ou disforia de gênero” transgridem-se as leis que impedem que o acesso ao nosso corpo, e ao nosso futuro, seja feito por nós mesmos.

Para mim, *Espacio para abortar* é puro corpo. Quando a obra é o acontecimento público da fala articulada em

---

9 - Nesse sentido é imprescindível citar aqui a mais importante pesquisa sobre o aborto no Brasil realizada até hoje, de autoria de Débora Diniz e Marcelo Medeiros. A pesquisa, premiada internacionalmente, combinou a técnica de urna com questionários, garantindo o anonimato das mulheres e, portanto, uma aproximação mais exata dos números absolutos de abortos voluntários realizados pelas brasileiras. De acordo com esse estudo, uma em cada cinco mulheres brasileiras realiza pelo menos um aborto ao longo de sua vida reprodutiva. Muitas destas mulheres já são mães e muitas também são casadas



primeira pessoa pelo próprio corpo que passou por tal experiência a obra é, precisamente, aqueles corpos, mas é também criadora de novos corpos e de novas consciências. Espaço para abortar é corpo porque sem o corpo marcado de quem abortou e decidiu fazer público o interdito, essa obra não existira. Se os áudios que integram a instalação artística tivessem sido gravados por nós em espaços privados, e seguros, estaríamos diante de outra obra. Se atrizes tivessem performado a ação no espaço público para que, sendo uma cena, ninguém pudesse ser processado, para que ninguém estivesse correndo risco, estaríamos diante de outra obra. Porque o que interessava ali era que os corpos que abortaram clandestinamente se fizessem visíveis uns frente aos outros, e frente a todos os outros corpos presentes – que podiam ou não concordar com o aborto ou com as legislações vigentes. Essa obra é puro corpo porque é feita das vozes de pessoas que narraram publicamente um fato que é crime perante a lei. Muitas daquelas vozes tremiam, engasgavam.

Outras não. A ideia em geral era desdramatizar o aborto. Minha impressão pessoal de quem participou da marcha e que meses depois voltou a exposição e ouviu novamente todas as falas, é que com a obra conseguiu-se essa desdramatização. Mas as emoções que passavam por aqueles corpos no momento de narrar publicamente as experiências estavam presentes nas vozes. Por que é necessário muita força para colocar, de novo, o corpo em risco. Risco, entre outros, de ser agredida por afirmar autonomia sobre o próprio corpo.

É por tudo isso que o uso do espaço público é o fator determinante dessa obra. Por mais que a obra tenha integrado o espaço da bienal em forma de instalação sonora, voltando para um espaço artístico institucionalizado, foi de extrema importância a articulação prévia entre corpos e coletivos. Isso é algo que fica, que mexeu com as pessoas que participaram desses encontros anteriores a passeata. Porém, é a segunda fase da obra, a passeata-performance, que é a fase determinante. Se a obra tivesse existido só durante o momento passeata-performance já seria válido, necessário e bastante potente. Mas, por se tratar de uma obra de arte pautada por uma crítica social, o uso do espaço público em articulação com o espaço da bienal, foi um uso altamente estratégico, porque a instituição foi usada como caixa de ressonância e centro de irradiação da crítica social que o trabalho continha. Parece-me que materializar no próprio corpo, com e através deste, as questões políticas que emanam deste mesmo corpo – porque são por ele vivenciadas, porque é o corpo como um todo que sente as coerções e o peso do poder – e fazê-lo hoje, nas ruas, resulta fundamental no âmbito do ativismo artístico.

Analisando o novo ciclo ativista que estamos vivendo, no ensaio *Cuerpos en alianza y la política de las calles* (2012), a filósofa Judith Butler começa atentando para a congregação nas ruas dos corpos que se movem e falam juntos, como vem ocorrendo nas últimas manifestações políticas multitudinárias ao redor do mundo. Este é só um primeiro passo para a filósofa destrinchar quão complexa é a concepção usual de espaço público, que precisa ser pensado de forma material e histórica. Da mesma forma o pensamento sobre quais corpos podem ocupar o dito “espaço público” deve levar em conta tais dimensões. Apesar de propor no citado ensaio questionamentos importantíssimos sobre os movimentos multitudinários e as novas formas de manifestação e militância política que temos observado em diversos os cantos do mundo, não cabe tratar aqui de todos os questionamentos levantados pela filósofa.

Butler irá sinalizar a relevância que tem o fato dos corpos voltarem à rua – dimensão espacial comumente pensada como o espaço público, a priori – de uma forma específica: ocupando-a, seja dormindo nela, cozinhando e organizando-se corporalmente nas ruas de maneira distinta (como nos distintos movimentos Occupy), ou colocando-se em verdadeiro risco simplesmente por estarem movendo-se em uma passeata que contrarie os interesses do estado e do capital, uma vez que a resposta do aparato de repressão do estado, seja ele totalitário ou “democrático”, a tais atos multitudinários têm sido dada em tom bélico, ultraviolento e, é sempre bom repetir, inaceitável.

Ao chamar a atenção para a congregação dos corpos no que é tido como o espaço público por excelência, nas ruas, Butler quer trazer a tona uma problemática que não podemos evitar: os sujeitos só existem quando se dão a ver no espaço público, que é dado pelo espaço de aparição – tese de Hannah Arendt que Butler critica e desenvolve. Sua ideia é que, de certa forma, o espaço público, como o gênero, é performativo, não existe originalmente, antes de se fazer, de se por em prática. Para que o espaço público verdadeiramente exista é preciso que os corpos se façam visíveis uns aos outros, que se encontrem no espaço que, em tese, seria o espaço do comum. É preciso que os corpos tenham a possibilidade de reivindicar o espaço público, ou seja, de aparecer nele sem sofrer sanções de nenhuma

espécie, ainda que esse reivindicar seja meramente caminhar, ou deslocar-se pelo espaço público.

Butler nos incita a pensar nas condições materiais que permitem a reivindicação da rua como espaço público, pois caminhar ou deslocar-se não ocorre da mesma forma para todas as pessoas, tendo aquelas pessoas consideradas “descapacitadas” muito mais dificuldade de fazer uso do espaço público. Podemos pensar também nos interditos, na maioria das vezes mascarados, que fazem com que pessoas negras sofram violência e opressão por estarem em um espaço público “nos quais não devem aparecer”<sup>10</sup>. Neste sentido, tais pessoas não são consideradas sujeitos, ou melhor, no papel sim, mas na prática não. Ainda segundo Butler se certas “minorias”, como as que operam dissidências de gênero, por exemplo, são agredidas pela forma como aparecem aos outros com sua vida corporal específica, pela forma como exercem sua liberdade corporal, pela roupa que usam ou deixam de usar, então estamos diante de atos de criminosos extremamente violentos. “Usando termos de Arendt podemos dizer que ser excluídos do espaço de aparição, que ser excluídos enquanto parte da pluralidade criadora do espaço de aparição é ser privado do direito a ter direitos” (BUTLER, 2012, p.27, tradução nossa). Ao dizer que nem todas as pessoas podem utilizar-se do espaço público da mesma maneira já que escapam à normatividade hegemônica, Butler está dizendo que existem sujeitos que não são sujeitos, vidas precárias, que valem menos.

O espaço público não está dado. O espaço público é o espaço da aparição, da visibilidade: só ocorre entre corpos. O espaço público só existe de fato quando eu posso aparecer diante do outro com minha corporalidade, com minha vida corporal específica, sem por isso ser assujeitada ou sofrer violência de qualquer espécie. Logo, com Espaço para abortar problematizava-se a própria ideia de espaço público já que se tentava criar um espaço público de reflexão sobre a importância da descriminalização do aborto, uma questão social que é tida como privada e particular, num espaço que é de antemão considerado como espaço público.

Esta obra é um ativismo artístico de resistência feminista pela maneira como articula corpo e espaço público: porque requer que se ponha o corpo em risco, questiona as noções de público e de privado, e reconhece a agência dos sujeitos e dos enunciados políticos. Porque contribui para ampliar e redefinir os limites do horizonte democrático. Porque pressupõe o engajamento das participantes em lutas feministas, e pode provocar o engajamento do público em geral nessa e em outras lutas feministas. Seguindo os trilhos da R.C.S., o que é verdadeiramente relevante não é que o ativismo artístico tematize a política e sim como este contribui para produzir política em ato (RED CONCEPTUALISMOS DEL SUR, 2013, p. 46). Espaço para abortar, mais do que tematizar o absurdo que é o aborto ser criminalizado, consegue produzir resistência ao conectar redes e ativistas, e ao reconhecer a importância de que aquelas mulheres tenham voz e que sejam ouvidas pela comunidade. Isso é o que faz desta obra, não uma instalação sonora de formato contemporâneo, mais um dispositivo político de re-subjetivação capaz de criar outros corpos e outras consciências que resistam as imposições do poder estatal sobre nossas decisões pessoais.

Correr o risco de realizar um aborto voluntário clandestino, é correr o risco de transgredir uma lei que fere seu direito sobre si mesmo e isso, em alguns casos, te faz mais forte. Acho que mesmo em países em que o aborto é legalizado, mas em que o tema ainda é um forte tabu social, você também se sente mais forte, com maior senso de propriedade sobre o próprio corpo. É mais que um senso de propriedade, é um sentimento de ocupação do próprio corpo. Na maioria das vezes decidir abortar é sim uma decisão difícil, que envolve sentimentos complexos. Mas deveria ser sempre uma decisão, pois de outra forma vivemos a ditadura da maternidade compulsória. Seria necessário lembrar aos conservadores de plantão que nenhum método anticoncepcional é totalmente infalível? Esse ensaio tem um objetivo específico, que creio já ter ficado claro. Precisamos reconhecer que falar do direito ao aborto legal e gratuito, sem falar sobre a garantia de pleno acesso a educação e saúde gratuitas e de qualidade (direitos que, estruturalmente, não se efetivam por puro descaso e desinteresse de políticos mais preocupados com seu próprio bolso) é um privilégio de classe.

Ao mesmo tempo que defendemos o direito ao aborto devemos defender e lutar pelo pleno acesso a educação, saúde, moradia, enfim, por condições sociais dignas para que a escolha de trazer (ou não) uma criança ao mundo não seja só questão de liberdade ou de autonomia sobre o próprio corpo, como também uma questão da possibilidade

---

10 - Nesse momento, estou especificamente pensando nos recentes abusos e condutas racistas da polícia militar carioca que, em dois dias seguidos, deteve “preventivamente” 160 jovens negros, sem qualquer acusação a priori, nem flagrante de ato ilícito, somente por estarem se deslocando às praias da zona sul do Rio de Janeiro. Para mais detalhes ver: <http://www.notimerica.com.br/sociedade/noticia-justica-proibe-as-detencoes-arbitrariedades-adolescentes-no-rio-janeiro-20150911173906.html>

mesma de viver a vida, e não de simplesmente sobreviver a uma existência.

Sabemos que o corpo é o principal território biopolítico e farmacopornográfico. É sobre ele que investe o poder. Assim, para que nosso corpo nos pertença, temos que ocupá-lo, ainda que isso envolva nos queimar. Desconfio que nossas ancestrais, as bruxas, não morreram quando queimadas vivas nas fogueiras. As bruxas vivem, hoje e sempre, em cada corpo que reconhece sua própria potência de vida buscando autonomia em suas decisões, não se deixando enclausurar pelas normatividades impostas pelos poderes hegemônicos, construindo redes afetivas de cuidado e de compartilhamento de feitiços que tem por objetivo (como diz Lidi Oliveira em uma das letras da PaguFunk) organizar a raiva e defender a alegria.

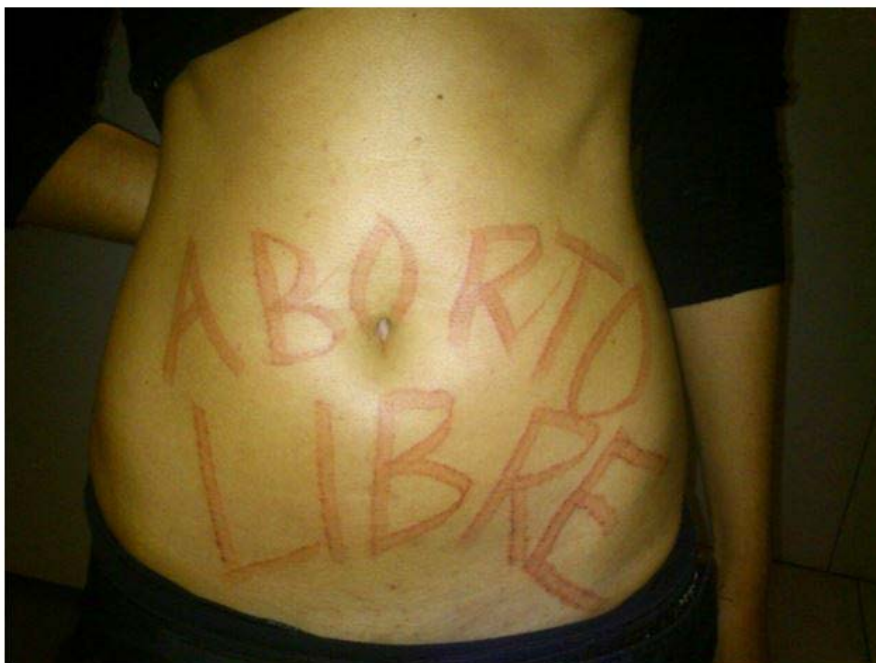
C.B.B. nasceu sob o signo de Áries, é bacharel em Ciências Sociais e em Artes Cênicas. Após concluir em 2013 uma pós-graduação em Estudos Museísticos e Teoria Crítica, deu continuidade aos estudos no doutorado, ainda em andamento. Há seis anos colabora com coletivos que transam arte e política. Suas últimas intervenções artísticas abordam a urgência da legalização do aborto, tratando de encontrar distintas estratégias discursivas para lidar com a questão. Em uma de suas últimas ações, no contexto de uma performance coletiva com artistas internacionais que tratavam das diversas formas de censura, usou seu próprio corpo, sua pele, sua dor e sua autonomia para senti-la, como bandeira de luta. Recebeu no ventre uma escarificação-manifesto na qual marcava, com 25 agulhas e muita ternura radical, a ideia de que o aborto deve ser legalizado, seguro e gratuito. A escarificação-manifesto foi feita através do procedimento da tatuagem, mas sem o uso de tinta, o que faz com que a marca desapareça em alguns meses. Sua constatação da experiência pós-performance: *a palavra aborto foi a primeira a desaparecer. Mas a palavra "livre" perdurou um bom tempo. Foi minha pele fazendo coro com o que já sabemos. Que passar por um aborto voluntário não é (nem deve ser) nenhum bicho de sete cabeças, faz parte da vida reprodutiva das mulheres ao longo de toda a história da humanidade. Não levar adiante a gravidez pode ser um decisão difícil mas é algo que, se encarado sem moralismos e sem a culpa de certas religiões, logo deixa de me definir, de me marcar. De certa forma "desaparece", ou melhor, toma o lugar e a proporção que deve tomar. Mas a palavra "livre", ao permanecer em minha pele ao longo dos meses fortaleceu a máxima de que para que meu corpo me pertença devo "ocupa-lo", e de que minha liberdade quando exercida com consciência e sem prejudicar o outro, esta sim permanece, esta sim me marca e me define.*



3 Performance La Pocha Nostra , MACBA 2015, foto de Eva Casol



4 Escarificação realizada durante performance do La Pocha Nostra em colaboração com a artista alemã Caro Wilson, MACBA 2015, foto de Eva Casol



5 Escarificação-manifesto, pós-performance, Barcelona, 2015, foto de Myriam Rubio

#### Referências

31ª BIENAL DE SÃO PAULO. Como (...) coisas que não existem. Org. Nuria Enguita Mayo e Erick Beltrán. São Paulo: Fundação Bienal de São Paulo, 2014

ANGELIN, Rosângela. A "caça às bruxas": uma interpretação feminista. In: revista espaço acadêmico, nº 53, Outubro 2005. Disponível em: <<http://www.espacoacademico.com.br/053/53angelin.htm>> Acesso 18 ago 2015

BUTLER, Judith. Cuerpos en alianza y la política de las calles. In: Transversales, nº 26 Julho 2012. Disponível em: <<http://www.transversales.net/t26jb.htm>> Acesso em 28 ago 2013

DINIZ, Débora & MEDEIROS, Marcelo. Aborto no Brasil: uma pesquisa domiciliar com técnica de urna. In: Ciência & Saúde Coletiva, vol. 15, supl. 1, Rio de Janeiro, Junho 2010. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-81232010000700002&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-81232010000700002&script=sci_arttext)> Acesso em 13 jun 2015

FEDERICI, Silvia. Calibán y la bruja: mujeres, Cuerpo y acumulación originária. 3ª Edição; Madrid: Traficantes de sueños, 2013

MESQUITA, André. Insurgências Poéticas: arte ativista e ação coletiva. São Paulo: Fapesp, 2011

PRECIADO, Beatriz. Volver a la Womanhouse. In: Jeu de Paume. Disponível em: <<http://lemagazine.jeudepaume.org/blogs/beatrizpreciado/2013/10/03/volver-a-la-womanhouse/>> Acesso em 12 jun 2013

RED CONCEPTUALISMOS DEL SUR. Perder la forma humana: una imagen sísmica de los años ochenta en América Latina. Madrid: Editoriales del do Museo Nacional Centro de Artes Reina Sofia, 2013

